

Editorial

Entre a ampliação do acesso e a mercantilização do ensino: o processo de precarização em debate

Editorial – Between expanding access and commodification of education: the process of casualization in discussion



A crescente pressão para que o conjunto das áreas, no ensino superior, se engajem cada vez mais nas modalidades de ensino a distância tem suscitado amplos debates, mobilizados pelas instâncias de organização das diversas categorias de profissionais considerando especialmente dois aspectos fundamentais, mas que abarcam outros tantos: por um lado, a precarização do ensino-aprendizagem e da formação, como resultado do crescente processo de mercantilização do ensino, com impactos na qualidade dos serviços; por outro, a ampliação do acesso à formação e a possibilidade de, como consequência, ampliar a oferta e a abrangência dos serviços destinados à população em regiões mais longínquas ou de difícil acesso.

Nossas observações iniciais buscam aportar algumas reflexões acerca da materialização do processo ensino-aprendizagem, porque, em que pese a justeza dos motivos que se pautam na justificativa de garantir a ampliação do acesso, absolutamente necessário é, antes, de fundamental importância problematizarmos a que tipo de acesso nos referimos, especialmente em tempos de flexibilização e precarização generalizadas. Aliás, como bem Oliveira (2004), o movimento de exclusão-inclusão sempre caracterizou o capitalismo, que inclui de modo precário para mascarar o seu caráter excludente e inclui quando esse processo destaca pode gerar a obtenção de lucro.

De modo geral, o ensino não pode ser reduzido à apreensão de conteúdos, ou mesmo à realização de exercícios que possam ser virtualmente sugeridos; inclui, sem dúvida, um conjunto de habilidades e competências, entre as quais a de relacionar-se, trabalhar em grupos, negociar ideias e posições, efetivar debates para exercitar a capacidade argumentativa, propositiva, de diálogo, para exercitar o reconhecimento da diversidade, entre tantas outras questões fundamentais, tão necessárias no tempo presente e tão relegadas a segundo plano, por uma lógica operacional tecnicista (PRATES, 2009).

Seja qual for a profissão, é muito difícil que possa prescindir do desenvolvimento dessas habilidades; afinal, produzimos para a sociedade. Para além desse aspecto, de acordo com a especificidade de cada área e profissão, a interação, a capacidade de percepção do outro, enquanto singularidade e enquanto parte de um coletivo, condicionados por seus contextos histórico-sociais, são elementos essenciais para explicar a realidade, diagnosticá-la e propor alternativas para nela incidir, portanto essenciais à formação.

Este desenvolvimento da racionalidade e sensibilidade, de modo articulado, se dá a partir não só de reflexões teóricas, mas mediado por vivências concretas, como as possibilitadas pela sala de aula, mas para além deste espaço, também desenvolvida nos estágios, atividades acadêmicas complementares, seminários, debates, participação em núcleos de pesquisa, participação no movimento estudantil, em eventos culturais, nas atividades realizadas em grupo, observações de experiências e vivências, enfim na vida da universidade, na vida acadêmica. Haveria muito mais a dizer, porque as vivências de sala de aula viabilizam as trocas em pequenos grupos, os compromissos exercitados, o acesso à biblioteca, aos laboratórios em grupos e orientados, a relação direta entre professores e alunos em tempo real. Esse

processo pressupõe o estabelecimento de vínculos, afetos, organização, escuta e expressão, tolerância, acordos, em síntese inclui o estabelecimento de relações concretas, entre “homens em carne e osso” realizando atividades práticas, como o dizia Marx (1989).

Pensamos que o explicitado já seja suficiente para estimar o tamanho da perda, que significa negarmos a necessidade destas vivências à formação, pois, como bem expressa Hegel, é naquilo com que nos conformamos que medimos o tamanho de nossas perdas. Resta nos questionarmos sobre o tipo de formação com que nos conformamos. E aqui não estamos admitindo perdas apenas para os sujeitos discentes que terão sem dúvida uma formação limitada ou ainda mais limitada, vista a avalanche que recai sobre o ensino em tempos de Universidade Operacional, mas o prejuízo que acarretará para o conjunto da sociedade, na medida em que serão precarizados os serviços como consequência desse processo em curso. Médicos, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais, advogados virtuais, só para citar alguns, para quem o vínculo, a confiança estabelecida entre o profissional e o usuário dos seus serviços é fundamental.

A universidade busca contribuir com a formação de sujeitos integrais, estes assistentes sociais, psicólogos, médicos, advogados mencionados anteriormente que, para além dos conhecimentos específicos de suas áreas, leitura da realidade na qual estão inseridos e outras competências, como por exemplo trabalhar em equipe, precisam primar pela postura ética e desenvolver capacidades relacionais, pois o diálogo com os sujeitos usuários de seus serviços, com colegas de equipe, com dirigentes e lideranças ou representantes das áreas nas quais desenvolvem seu trabalho, embora pareça uma competência simples de ser construída, não o é, porque pressupõe muitas mediações para que o que se pode chamar de diálogo realmente se efetive. Como bem expressava o grande educador Paulo Freire, não posso dialogar quando não reconheço no outro um outro eu, quando vejo o outro como um “isto” ou “aquilo”. Essa falta de reconhecimento nem sempre é percebida pelos sujeitos que reproduzem estigmas e discriminações que podem ser trabalhadas em sala de aula. Esta sensibilidade que precisa ser desenvolvida, fruto de reflexões sobre a necessidade de investir na construção dos próprios sentidos para apreender a realidade, é condição fundamental a uma formação mais consistente e coerente com o tempo presente que almeja a garantia de direitos, o reconhecimento coletivo do direito à paz, à diversidade e à soberania dos povos.

Falamos de uma formação que seja mais do que tecnicista, que reconheça a necessária fundamentação ético-política e teórico-metodológica para que os procedimentos operacionais e técnicos tenham densidade, alcance e efetividade e, principalmente, para que tenham sentido e finalidade. A perda de sentido e finalidade direcionada aos interesses humanos coletivos tem-nos levado à barbárie ou a uma ciência que, ao invés de estar a serviço do homem, potencializa seus piores “instintos egoístas” de concentração de poder.

Marx já destacava nos *Manuscritos de Paris* que o olho que não aprende a ver não enxerga, mas para alongarmos nosso olhar precisamos de teorias explicativas que nos auxiliem a problematizar aquilo que está diante de nossos olhos, mediadas por vivências concretas, relações, observações, debates, *insights* a partir do concreto, pautados em contraprovas históricas.

Se acrescentarmos a isso processos como o planejamento e a gestão, atribuições não de uma área específica, mas competências a serem desenvolvidas pelas mais diversas áreas, este diálogo se faz ainda mais necessário e se torna mais complexo. Afinal, é preciso reconhecer que formamos também profissionais para planejar e gerir, e cada vez mais se exige que esses processos sejam realizados de modo participativo, ou seja, a partir da articulação entre os diversos atores que conformam os processos.

Contudo, em algumas situações é preciso admitir que o ensino a distância pode, sem negarmos as perdas e contradições destacadas, ser necessário. Por exemplo, para formar e ou qualificar professores de ensino fundamental em regiões mais distantes, cujo acesso aos locais onde são ofertados cursos presenciais é muito difícil, ou demanda muito custo (e aqui não nos referimos apenas ao custo financeiro, mas também e principalmente ao custo ocasionado pelo desgaste humano), entre outras situações

similares que efetivamente inviabilizam ou dificultam significativamente o acesso dos sujeitos a cursos presenciais que, sem dúvida, ofertam a possibilidade de uma formação de melhor qualidade.

O mesmo pode ser efetivado nos níveis de pós-graduação, dentro da mesma perspectiva, ampliando as possibilidades de garantir a necessária formação permanente, atualização e qualificação profissional.

Entendemos, no entanto, que, mesmo nesses casos, esta alternativa, cujos limites não podem ser negados, deveria ser ofertada somente quando da inexistência de curso presencial acessível ao local de moradia dos demandantes, ou seja, quando efetivamente seja inviável a realização do processo de modo presencial e não como mais uma possibilidade de mercantilização do ensino para atender ao interesse das empresas de educação. É importante perceber que a opção individual por um curso de maior ou menor qualidade não diz respeito apenas ao sujeito que faz a opção; implica, reiteramos, a qualidade do serviço que posteriormente poderá ofertar e um processo mais amplo na precarização progressiva daquele trabalho profissional; logo, diz respeito à categoria profissional e, em última instância, ao conjunto da população que utiliza aquele serviço.

A qualidade do ensino superior no Brasil, e mais especificamente a necessidade de avaliar os níveis de efetividade na formação, tem sido tema polêmico e motivo de preocupação do governo e da sociedade. Estratégias como o ENAD, os debates sobre a possível inclusão de exames ao final da graduação, como os realizados pela Ordem dos Advogados, aprovação sem a qual não é permitido ao bacharel em direito exercer a profissão, apesar dos limites que existem nestes processos pontuais de avaliação, mostram que é necessário garantir algum padrão de qualidade para ofertar serviços especializados à população e impõem exigências de qualidade na formação. Como contraponto a essa lógica que amplia a exigência de qualidade, verifica-se a proliferação desenfreada de cursos superiores a distância, o que vem somar-se a um conjunto de condicionantes que tem, na contemporaneidade, caracterizado a constituição da chamada universidade operacional. Essa precarização, cujo ensino a distância é apenas um dos componentes, tem raízes bem mais profundas, longe de preocupar-se com o acesso, tem como fundamento a mercantilização do ensino.

Constatamos com muita preocupação a precarização generalizada do trabalho e, mais ainda, a do ensino, especialmente no que tange à supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo. Quando nos referimos a qualidade, falamos da formação de profissionais com diversas competências cada vez mais necessárias, entre as quais estão não só a capacidade técnica, mas também um acúmulo teórico-metodológico mais denso, consistente e coerente e uma postura e compromissos éticos que precisam ser introjetados e materializados nas produções, ações e relações estabelecidas por estes profissionais no cotidiano de trabalho. (PRATES et al, 2012). Precisamos reconhecer que, diante da precarização generalizada que caracteriza o tempo presente e da negação de valores humanos em prol de um consumismo e individualismo exacerbados, não podemos permitir que o ensino também seja reduzido a mais uma mercadoria vendida virtualmente. O desafio de enfrentar a precarização já tem-se constituído como enfrentamento nada fácil para a docência, mesmo quando o processo ocorre de modo presencial, vistas as condições cada vez mais precarizadas dos alunos que chegam à universidade, muitas vezes com possibilidades limitadas pelo contexto de investir no seu próprio processo de aprendizagem.

São alunos trabalhadores que, devido às condições aviltantes de trabalho a que estão expostos, chegam desgastados na sala de aula, dispõem de poucos recursos para fazer leituras, para alimentar-se adequadamente, para custear os estudos, apresentam problemas decorrentes da formação anterior, de linguagem, de estruturação do pensamento, dificuldades para realizar sínteses, sistematizar produções. Tais deficiências exigem o uso de estratégias diversas, algumas construídas coletivamente, para contribuir no sentido de que essas condições sejam superadas ou pelo menos reduzidas para que os prejuízos não impeçam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e, por consequência, da formação.

As condições também cada vez mais restritas de se ofertar um ensino de qualidade, resultantes de um verdadeiro processo de desmonte velado da universidade que, em razão de uma preocupação

exacerbada com a sustentabilidade coloca como caudatárias as estratégias que privilegiam a aprendizagem efetiva, é outro aspecto que agrava esse contexto. São refrações desse movimento a progressiva redução do número de docentes nas universidades, enquanto se avolumam tarefas burocrático-administrativas a eles direcionadas, além de acumularem tarefas pedagógicas que exigem preparação e elaborações cujos prazos e tempos não são contabilizados, o que acaba por invadir os espaços privados e de descanso desses trabalhadores, de modo sistemático. Se refletirmos sobre o tempo que ocupamos nos nossos horários de repouso respondendo *e-mails* de trabalho e contatos realizados pelo celular, vamos nos surpreender com o tempo despendido com o trabalho em nossas casas, reduzindo nossos já escassos horários de repouso e convivência familiar. Como consequência, observamos o adoecimento destes trabalhadores, a ampliação nos níveis de estresse, de ansiedade e da insatisfação. Esses aspectos e preocupações são externados, de modo discreto, pelos trabalhadores, porque a ameaça velada do desemprego está sempre presente, mesmo que não seja dita, e não é diferente no âmbito da universidade. Além dessas condições adversas, reduzem-se cada vez mais os espaços pedagógicos alternativos, e uma infinidade de tarefas complementares é imposta aos docentes. Os olhos cansados de alunos e professores enxergam menos, e o resultado dessa interação se fragiliza, com prejuízos para ambos.

O contexto de precarização que atinge alunos e professores tem imposto muitos limites ao processo de ensino-aprendizagem, o que tem sido preocupação da categoria dos assistentes sociais, cujas produções socializadas em congressos e encontros científicos vêm abordando esses aspectos, além de estarem se constituindo como temas de investigação e estudos em nível de pós-graduação.

O uso da tecnologia informacional, que possibilita avanços incomensuráveis para o acesso à informação e a troca de conhecimentos oriundos das mais diversas áreas e regiões do planeta em curtos espaços de tempo ou mesmo a viabilidade de acesso a sínteses sobre o estado da arte das mais diversas temáticas, é um avanço que não podemos deixar de reconhecer; contudo, é também necessário admitir que muitos desses conhecimentos não são sedimentados, o volume de informações nem sempre garante o seu necessário adensamento para subsidiar processos, avaliações, análises e propostas de ação mais complexas. Para além desse aspecto, de suma importância, convivemos hoje também com problemas éticos importantes resultantes do uso indevido de produções veiculadas pela Internet, que são apropriadas sem o devido registro de autoria e é frequente a verificação de plágios nem sempre viáveis de serem identificados, nos tempos exíguos exigidos para os processos de avaliação, o que só poderá ser agravado quando o contato entre docentes e discentes ocorre apenas de modo virtual.

Outro aspecto que merece ser reiterado, porque fundamental ao processo de formação, é o necessário exercício do trabalho grupal. Afinal a quase totalidade de profissões atualmente trabalha em equipes, e as habilidades para desenvolver produções coletivas, negociar e compatibilizar ideias e posições nos parece ser uma exigência do mundo contemporâneo e em especial do mundo do trabalho, que requisita um trabalhador polivalente, apto a inserir-se em processos de trabalho caracterizados pela interface em equipes interdisciplinares, elaboração de planos e projetos integrados e interdisciplinares. Em áreas onde a comunicação com o público usuário é uma exigência necessária, o exercício das exposições orais, do debate, da habilidade em expor, explicitar, argumentar e contra-argumentar precisa ser desenvolvida, o que também deve ser efetivado pelos profissionais em relação a seus pares e gestores. Pensamos que, embora o debate possa ser estimulado através de salas de discussão virtuais – o que exige equipamentos e programas adequados para esta finalidade, nem sempre acessíveis a todos –, o embate oral que será exigido dos discentes, quando profissionais, não pode ser suprido a não ser pela sua realização efetiva através da experiência vivenciada presencialmente.

Por fim, tratando-se mais especificamente do Serviço Social, que trabalha com as expressões de desigualdade e de resistência que constituem a questão social, seu objeto e por tratar-se de profissão interventiva que pauta sua práxis no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, cuja mediação é essencialmente realizada na relação, seria absurdo substituir o exercício da relação presencial pela virtual sem que houvesse prejuízos significativos, em última instância, para o usuário de seus serviços. Nós, assistentes sociais, temo-nos caracterizado, por incidir coletivamente nas questões que nos

mobilizam e afetam a sociedade e não nos temos furtado de assumir posições, muitas vezes contra-hegemônicas, na luta para garantir aquilo que consideramos mais justo e adequado; contudo, sempre propondo-nos a debatê-las e aprofundá-las.

Resta, por fim, reiterar os valores previstos em nosso Código de Ética, entre os quais a defesa da qualidade dos serviços públicos, e seu acesso universal é um deles; portanto, a precarização ainda maior do ensino das profissões, em especial as humano-sociais, e o conseqüente impacto na qualidade do produto de seu trabalho, sem dúvida é um retrocesso para o alcance desse objetivo que, a nosso ver, deve ser identificado como mais uma estratégia do capital para submissão do trabalho, mesmo porque a análise dos múltiplos fatores interconectados mostra que outras iniciativas criadas sob a justificativa de buscar o aprimoramento da qualidade da formação poderão restringir o acesso apregoado como motivo para a implementação do ensino a distância.

Do mesmo modo que, em nome da democracia, alguns fazem a guerra, outros mercantilizam o ensino sob a justificativa de ampliar o acesso à formação. Resta, portanto, perguntar: Mas de que concepções de democracia e formação estamos falando?

Contudo, a desnaturalização dessa realidade é trabalho da ciência, já destacava Marx (1989), especialmente se comprometida com novos patamares de sociabilidade.

Nesse sentido, socializar pesquisas e debates acerca de processos sociais emancipatórios para instigá-los e subalternizadores para desvendá-los é um ato político que contribui ao enfrentamento da questão social.

Nessa direção, a revista *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, volume 11, número 2 está composta por 14 artigos, dos quais cinco apresentam resultados de pesquisa sobre os temas da saúde, benefícios sociais, meio ambiente, ensino e trabalho profissional do assistente social e um sobre metodologia de pesquisa avaliativa. Os demais aportam importantes reflexões sobre temas como pobreza, vulnerabilidade, a relação estado e sociedade, urbanismo e planos diretores e o tema da territorialidade. Algumas das reflexões têm em comum o destaque atribuído à gestão democrática das políticas e aos processos participativos, além da articulação com o trabalho do assistente social e processos de formação.

Para a exposição deste número da revista *Textos & Contextos (Porto Alegre)* optou-se por subdividi-la em cinco eixos.

O primeiro eixo – **Metodologia de pesquisa e sociologia política** – é composto por dois artigos. O primeiro versa sobre metodologia de pesquisa avaliativa participativa, sistematizada a partir de ampla experiência na realização de processos de avaliação e docência dessa temática pela Profa. Maria Ozanira da Silva e Silva, que em sua exposição a articula uma experiência concreta de modo a dar visibilidade a sua materialização. O segundo artigo, a partir da análise de conteúdo, de autores clássicos da literatura, busca interpretar os diferentes modos como é concebida a articulação entre o estado e a sociedade.

O segundo eixo – **Proteção social e transferência de renda** – inicia com uma reflexão sobre o sistema de seguridade social na Argentina, apresentando suas características desde sua conformação em 1940 até o século XX; prossegue com um segundo artigo que apresenta resultados de um estudo sobre os impactos do Programa Bolsa Família no processo de autonomização de mulheres em dois municípios dos estados de Minas Gerais e Paraná. Em sequência é apresentado um artigo que debate o auxílio-reclusão abordado de forma crítica quando problematiza a relação deste benefício com outras políticas sociais e penais.

O terceiro eixo – **Pobreza, vulnerabilidade e trabalho com famílias** – inicia pela apresentação de um artigo sobre pobreza e identidade que aborda esses processos a partir da história cotidiana de uma mulher que, segundo os autores, espelha a vida de muitas mulheres, buscando revelar a dor existencial decorrente da experiência de ocupar esse lugar ou esse “não lugar”. O segundo artigo busca conceituar e aportar reflexões sobre os conceitos de vulnerabilidade e risco; o terceiro, fruto de pesquisa, aporta

reflexões sobre a experiência profissional do assistente no campo sociojurídico com infância e família, realizados no Uruguai.

O quarto eixo – **Política de saúde: gestão e formação** – é composto por três artigos que abordam a política de saúde a partir do pacto de gestão do SUS nas regiões de fronteira e o seu financiamento; outro, aborda o dilema entre a universalidade do SUS quanto ao financiamento público; um último, privilegia o ensino em serviço na área de saúde da família a partir do aporte de reflexões acerca das residências multiprofissionais, enfatizando o trabalho do assistente social.

Por fim, o quinto eixo – **Urbanismo, território e meio ambiente** – é composto por três artigos que versam respectivamente sobre a gestão urbana e a participação para o debate acerca de planos diretores, com base em experiência realizada em Teresina (PI); o segundo aborda a questão da territorialidade sob hegemonia do capital e seus impactos no direito a habitação e a cidade; o terceiro, resultado de pesquisa documental e empírica, problematiza a questão do meio ambiente como compromisso coletivo questionando a pouca relevância que tem sido atribuída a essa temática na formação em Serviço Social, o que traz como consequência um domínio restrito de profissionais da área inseridos em espaços sócio-ocupacionais que requisitam análises de impactos ambientais, tais como usinas hidrelétricas.

A diversidade de temas correlacionados ao trabalho profissional e competências que podem ser desempenhadas por profissionais dessa área e áreas afins dão visibilidade, por um lado, à amplitude de possibilidades de inserção do trabalho profissional em diversos campos; por outro, aos desafios à formação para que a oferta de serviços à população possa ser realizada com compromisso e qualidade substantiva, o que pressupõe mais do que informação.

Desejamos a todos boa leitura

Verão de 2012

As editoras*

Referências

- CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. vol. I. Trad: Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *A exclusão em Marx*. Pelotas: Seiva, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederico. *O capital: crítica da economia política*. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. vol. 1, Livro I.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. *Textos Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- PRATES, Jane C.; CLOSS, Thaisa T.; AGUINSKY, B. G.; FERNANDES, I. O objeto de trabalho e a formação generalista em Serviço Social: em debate atribuições e competências profissionais. *Revista Plaza Pública – Argentina*, 2012.
- PRATES, Jane Cruz. La coyuntura y los desafíos para la enseñanza y la investigación en el enfrentamiento a la cuestión social. *Revista de Trabajo Social - EPPAL n 45, Uruguay*, 2009.

* **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora da FSS e professora e Coordenadora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS/Brasil. E-mail: jprates@puccrs.br

Beatriz Gershenson Aginsky é Bacharel em Serviço Social e Direito, especialista em Direitos Humanos pela ESMPU/UFRGS, doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora e Diretora da FSS/PUCRS e professora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS/Brasil. E-mail: aguinsky@puccrs.br